

ANEXO II

Raça bovina Frísia

Acção realizada	Montante por acção — Euros	Nível de ajuda — Porcentagem
Inscrição no Livro Genealógico	0,85	70
Exames de paternidade — determinação de hemótipo	7,67	
Exames de paternidade — análise de ADN	23,02	
Registos de paternidade provenientes das inseminações artificiais	0,35	
Classificação morfológica	12,35	

Raças bovinas Frísia e autóctones

Acção realizada	Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes — Euros	Beira Litoral e Beira Interior — Euros	Ribatejo e Oeste, Alentejo e Algarve — Euros	Nível de ajuda — Porcentagem
Contraste AT4	20,89	21,07	16,60	70
Contraste A4	32,09	37,05	29,16	

Direcção-Geral de Protecção das Culturas

Despacho n.º 2200/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 19.º e no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 15 de Outubro, mantidos em vigor pelo estabelecido no n.º 1 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, nomeio o seguinte júri para as provas de acesso à categoria de investigador auxiliar, na área de Fitiatria, requeridas pela assistente de investigação Esmeraldina do Nascimento Agostinho de Sousa:

Presidente — Doutor António Manuel Pereria Lavadinho, investigador principal e presidente do conselho científico da Direcção-Geral de Protecção das Culturas, por delegação do director-geral.

Vogais:

Doutor Óscar Amaro de Sequeira, investigador-coordenador aposentado do Instituto Nacional de Investigação Agrária.

Doutor José Constantino Sequeira, investigador-coordenador do Instituto Nacional de Investigação Agrária.

Prof. Doutor Gustavo Nuno Barbosa Nolasco, professor associado da Universidade do Algarve.

Engenheira Amélia Vitória de Melo Frazão Santos Moreira, investigadora principal aposentada da Direcção-Geral de Protecção das Culturas (orientadora).

Doutora Diamantina Guerreiro Pereira Louro Rodrigues, investigadora principal da Direcção-Geral de Protecção das Culturas.

A data e o local da realização das provas de acesso serão marcados por edital do presidente do júri.

17 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *C. São Simão de Carvalho*.

Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral

Despacho n.º 2201/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece, no n.º 1 do artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que o licenciado Carlos Domingos Rebelo, assessor principal da carreira de engenheiro, possui a experiência profissional e a competência técnica adequadas às exigências do cargo de director de Serviços de Planeamento e Política Agro-Alimentar;

Nomeio, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, o licenciado Carlos Domingos Rebelo para o cargo de director de serviços de Planeamento e Política Agro-Alimentar, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2005. — O Director Regional, *Leonel Amorim*.

ANEXO

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Carlos Domingos Rebelo;

Idade — 50 anos;

Naturalidade — Santarém;

Nacionalidade — portuguesa.

2 — Formação académica:

1983 — licenciatura em Agronomia, na Universidade Técnica de Lisboa.

3 — Experiência profissional:

Iniciou funções em 2 de Novembro de 1981, no Gabinete de Planeamento da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, onde efectuou estágio curricular até 30 de Abril de 2002, e a partir desta data passou a desempenhar funções no âmbito da preparação, execução e acompanhamento dos programas de pré-adesão e da utilização das linhas de crédito do programa «PROCALER»;

Chefe da Divisão de Análise e Projectos do Gabinete de Planeamento da DRABL entre Julho de 1988 e Junho de 1993 (v. *Diário da República*, 2.ª série, n.ºs 228, de 1 de Outubro de 1988, e 95, de 24 de Abril de 1991);

Director de serviços de Apoio ao Desenvolvimento Rural da DRABL entre Junho de 1993 e Julho de 1996 (v. *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 17 de Junho de 1993);

Membro da comissão paritária regional «MAPA-IFADAP», de análise de projectos de investimento ao abrigo do Regulamento (CEE) n.º 797/85, e das unidades regionais de gestão das medidas n.ºs 1 e 2 do PAMAF;

Director de serviços de Planeamento e Política Agro-Alimentar da DRABL desde Outubro de 2000 (v. despacho n.º 2311/2000, in *Diário da República*, 2.ª série, n.º 262, de 13 de Outubro de 2000).

Despacho n.º 2202/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece, no n.º 1 do artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que o licenciado Joaquim Manuel Coelho Grosso, assessor principal da carreira de médico veterinário, possui a experiência profissional e a competência técnica adequadas às exigências do cargo de chefe de divisão de Intervenção Veterinária de Leiria;

Nomeio, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, o licenciado Joaquim Manuel Coelho Grosso para o cargo de chefe de divisão de Intervenção Veterinária de Leiria, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2005. — O Director Regional, *Leonel Amorim*.